
UMA INTERPRETAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA PARA A EXPRESSÃO DA
MODALIDADE EPISTÊMICA NA FALA DE UMA COMUNIDADE AFRO-
DESCENDENTE DE GOIÁS

ANDRÉ MARQUES DO NASCIMENTO*

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar, a partir do paradigma funcional, como processos sócio-históricos atuam na configuração lingüística de uma comunidade de fala. O fenômeno analisado é a modalidade epistêmica, que parece ser fortemente influenciada por fatores que atuaram na formação da comunidade e que ainda se fazem presentes nas expressões lingüísticas observadas em contextos reais de produção. Considerando-se as múltiplas funções da língua, procura-se demonstrar como a manifestação de tal fenômeno lingüístico numa comunidade rural afro-descendente reflete o acordo tácito de silenciamento acerca de um passado marcado pela escravidão e pela exclusão social.

PALAVRAS-CHAVE: Funcionalismo, modalidade epistêmica, comunidade de fala, abordagem sócio-histórica.

INTRODUÇÃO

Assumindo como características inequívocas de qualquer língua natural sua capacidade de desempenhar múltiplas funções comunicativas, que surgem e se desenvolvem em contextos interacionais de uso, e a profunda relação desta língua com a sociedade na qual ela se realiza, reconhece-se que qualquer intenção explicativa a respeito de manifestações lingüísticas deve ter em consideração a diversidade de fatores lingüísticos, pragmáticos e sociais que influenciam e determinam o uso de uma língua por seus falantes.

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da Universidade Federal de Goiás.
E-mail: marquesandre@yahoo.com.br.

O presente estudo tem como objetivo realçar como fatores de ordem sócio-histórica podem contribuir para a interpretação da expressão da modalidade epistêmica observada no contexto interacional de uma comunidade de fala.¹ Acredita-se, contudo, que somente a partir de uma conjunção teórica que entenda a língua como meio comunicativo, interacional, produzido social e historicamente, pode-se, com maior segurança, interpretar o fenômeno lingüístico que ora se propõe.

A COMUNIDADE DE FALA

O estudo em questão tem como campo de pesquisa a comunidade denominada “Os Almeidas”, localizada na região conhecida como São Sebastião da Garganta, pertencente ao município de Silvânia, no estado de Goiás, onde se concentram áreas rurais privadas e de assentamentos agrários.

A comunidade “Os Almeidas” é composta por aproximadamente quarenta residências em pequenos lotes de terra e, ao que tudo indica, sua população é constituída por afro-descendentes de um antigo agrupamento quilombola,² localizado a cerca de 25 km da atual localização da comunidade. Fatores geográficos favorecem a tese da existência de um antigo quilombo na região, tais como o relevo extremamente acidentado e a localização estratégica entre os municípios de Luziânia, antigo arraial de Santa Luzia, e a sede de Silvânia, antigo arraial de Bonfim, zonas mineradoras nas quais reconhecidamente concentraram-se negros escravizados. Esses fatores favoreceram o isolamento de tal comunidade durante certo tempo.

De acordo com fontes documentais locais, o povoamento da região por esses grupos deu-se entre as décadas de 1820 e de 1890, período que seguiu a abolição do regime escravista. Apesar da plena e visível descaracterização sociocultural e geográfica, a comunidade ainda preserva algumas reminiscências de seu passado.

Com relação à variedade lingüística utilizada pela comunidade, não se pode afirmar impressionisticamente que exista qualquer fator

que a diferencie das demais comunidades rurais, afro-descendentes ou não, de Goiás. Porém, a partir de uma observação lingüística funcionalmente embasada, pode-se reconhecer e, ao menos, explicitar como certas marcas do passado ainda se fazem presentes nas atitudes e expressões lingüísticas de uma comunidade que carrega em sua história um passado de resistência, sofrimento e exclusão.

O PARADIGMA FUNCIONALISTA

Para teorias lingüísticas funcionalmente orientadas,³ uma língua é antes de tudo um instrumento de interação social entre seres humanos e é usada para o estabelecimento de relações comunicativas (DIK, 1997, p. 3).⁴ Nessas complexas redes de interações comunicativas, as estruturas das expressões lingüísticas configuram-se como a manifestação de diversas funções, cada uma vista como um diferente modo de significação (NEVES, 1997, p. 2). Percebe-se, assim, a importância, para tal paradigma, do contexto sócio-interacional da comunicação, em que ocorre a atualização das expressões lingüísticas.

De acordo com Camacho (1994, p. 34), o paradigma funcionalista pode ser assim caracterizado:

O paradigma funcionalista vê a linguagem como instrumento de interação social entre seres humanos, usado com a intenção de estabelecer comunicação. Conseqüentemente, a interação verbal, definida como a interação social mediante o uso da linguagem, constitui uma forma de atividade cooperativa estruturada, já que é governada por regras, normas e convenções; é uma atividade cooperativa, porque necessita pelo menos de dois participantes.

E complementa, afirmando o seguinte:

[...] de um ponto de vista funcional, a lingüística necessitaria tratar de dois tipos de sistemas de regras: 1. as regras que governam a

configuração das expressões lingüísticas, especificamente regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas; 2. as regras que governam os padrões de interação verbal em que as expressões lingüísticas são utilizadas, especificamente regras pragmáticas. [...] As expressões lingüísticas não são, assim, objetos formais abstratos; ao contrário, suas propriedades são sensíveis às determinações pragmáticas da interação verbal.

Não se limitando a descrever o funcionamento sistêmico de uma língua, ou variedade de língua, tal paradigma postula como fundamental o momento e o contexto de interação, conseqüentemente, reconhece como legítimos processos influenciadores dos padrões de interação verbal e não-verbal (NEVES, 1997, p. 17).

A EXPRESSÃO DA MODALIDADE

De acordo com Halliday (1973, apud NEVES, 1997, p. 60), a gramática de uma língua é o mecanismo responsável por organizar e relacionar as seleções significativas derivadas de diversas funções da linguagem através de uma estrutura unificada, organizando tais seleções em conjuntos dentro dos quais o falante de uma língua natural faz seleções simultâneas de acordo com o uso que esteja fazendo da língua. As diferentes redes sistêmicas codificam diferentes significados, relacionados a diferentes funções da linguagem.

Halliday (1973) chama essa multiplicidade de usos de macro-funções, e são essas macro-funções, conjunto de três ou quatro funções segundo ele, que tomam a forma de uma gramática, intermediária entre o conteúdo e a expressão. O autor classifica essas macro-funções em *ideacional*, “potencial para expressar um conteúdo em termos da experiência do falante e da comunidade lingüística” (HALLIDAY, 1973, p. 147); *interpessoal*, que “expressa relações sociais e pessoais, incluindo todas as formas de intervenção do falante na situação de fala e no ato de fala” (p. 151) e *textual*, “que preenche a exigência de que a língua

seja operacionalmente relevante – que tenha uma textura, em contextos situacionais concretos” (p. 157).

Constata-se, a partir das definições de Halliday, que o sistema de modo, do qual deriva o da modalidade, está relacionado à função interpessoal e diz respeito aos papéis da fala, na qual se manifestam as atitudes do falante em relação à organização da interação verbal, através das expressões lingüísticas, e o sistema das relações humanas (NEVES, 1997, p. 72).

Neves (2002, p. 172) sintetiza a categoria da modalidade como a relação que se estabelece entre o sujeito da enunciação e seu enunciado, distinguindo, assim, o *dictum*, ou conteúdo do pensamento, do *modus* ou a atitude que o sujeito toma em relação a esse conteúdo. E conclui que, do ponto de vista lingüístico “a modalidade de uma sentença é determinada pelos elementos atitudinais” (p. 173).

Sylvain Auroux (1998), em *Filosofia da linguagem*, relaciona esta capacidade do falante de manifestar-se sobre seu enunciado com uma das características que, segundo ele, são caracterizadoras e específicas da linguagem humana, a marcação da subjetividade. Segundo Auroux (1998, p. 42-43),

o próprio da linguagem humana é de ser falada por sujeitos, situados *hic et nunc*, que não se contentam com exprimir um conteúdo representativo, mas atribuem um ponto de vista sobre esse conteúdo [...]. A analisabilidade em *dictum + modus* é constitutiva de qualquer enunciado lingüístico e, logo, de qualquer comunicação em língua natural.

Para Palmer (1991), a modalidade poderia mesmo ser considerada como a “gramaticalização das atitudes e opiniões (subjetivas) do falante”,⁵ ressaltando a intrínseca relação entre função e uso lingüísticos. Usos, esses, explicitados através das expressões lingüísticas por falantes sócio-historicamente situados, em situações concretas de interação verbal.

Parece haver entre os estudiosos deste fenômeno um consenso em caracterizar as modalidades lingüísticas⁶ em dois tipos básicos: a

deôntica e a epistêmica.⁷ A modalidade deôntica situa-se no eixo da conduta, no domínio do dever e liga-se à volição e à ordem. A modalidade epistêmica refere-se ao eixo do conhecimento que se tem sobre um estado de coisas, envolvendo o julgamento e/ou o comprometimento do falante em relação à ocorrência desse estado de coisa.

Outro fator extremamente relevante, ao se tratar da modalidade, é a relação entre o falante, a expressão de sua subjetividade através de elementos modalizadores e o contexto interacional em que a enunciação ocorre. Partindo da existência de uma comunidade de fala que compartilha normas e atitudes diante da língua, acredita-se que a expressão da subjetividade através de expressões lingüísticas modalizadas pode ser influenciada pelas normas e atitudes comuns à comunidade na qual se inserem os falantes. Como afirma Coracini (1991 apud LEITE, 2002, p. 20), “a modalidade é a expressão da subjetividade de um enunciador que assume com maior ou menor força o que enuncia, ora comprometendo-se, ora afastando-se, seguindo normas determinadas pela comunidade em que se insere”.

Tal apontamento será de grande relevância para a interpretação dos dados de fala da comunidade afro-descendente dos Almeidas, uma vez que a história dessa comunidade é marcada por processos sociais que resultaram num processo violento de exclusão e desigualdade.

A MODALIDADE EPISTÊMICA NA FALA DE MORADORES DA COMUNIDADE DOS ALMEIDAS

De acordo com Palmer (1991), o termo epistêmico deve ser aplicado não apenas aos sistemas modais que envolvem as noções de possibilidade e necessidade, mas a qualquer sistema que indica o grau de comprometimento do falante com o que ele diz.⁸ Para Neves (2002, p. 187),

A avaliação epistêmica se situa em algum ponto do *continuum* que, a partir de um limite preciso, onde está o (absolutamente) certo, se

estende pelos limites e indefinidos graus do possível. A língua dispõe de uma série de expressões para relativizar os diversos pontos desse espaço, conforme convenha à intenção do falante.

E, ressaltando a relação entre a modalidade epistêmica e o eixo do conhecimento afirma que “o calibrador da certeza/ não certeza é o conhecimento, que compromete o falante com a verdade das declarações” (NEVES, 2002, p. 188).

A partir de dados de fala coletados⁹ na comunidade rural afro-brasileira dos Almeidas, constatou-se o uso de expressões que se posicionam em vários espaços do *continuum* certeza/não certeza, e que expressam o posicionamento dos falantes em relação ao que dizem, ora se aproximando, ora se afastando da verdade das proposições. Os recursos lingüísticos que explicitam o posicionamento dos falantes são de natureza e categorias diversas, como destacado nos exemplos seguintes.

(1)DOC: Por quê que o sinhô acha que... aconteceu isso? Tem que pô re/ antigamente num tinha agora tem que pô remédio [na terra]
INF: É: isso eu acho que é o crima da... da terra num sei sabe?

Nesse caso, o falante explicita marcas do possível (acho que) e de sua incerteza em relação ao que afirma (não sei sabe?). O falante apresenta seu enunciado como uma crença, porém, não pode comprometer-se com a veracidade da proposição. Observa-se que há uma atenuação do conteúdo devido ao baixo grau de adesão do falante em relação ao que diz.

(2)DOC: *De onde que eles são?*
INF: Rapaiz os lopes esses lopes... esses eu num sei a descendência deles não... era de Corumbá também mai... i:: pá trais de lá eu num sei não.
DOC: E eles vêi aqui também aqui pro/
INF: A descendência deles já sei... a descendência dos lopes... que eu conheço... é da lá/ é dá::... (juriado)... (jeriado).

DOC: Onde que fica?

INF: No corumbá... carvalho... (jeriado) carvalho... curralzim... tudo bêrano/ fica de ante do asfalto de luziânia... chegado no corumbá... eis é daquela região... () eis é dali mai nem a muié acho que num sabe quem é... o pai dela é de lá... agora de onde eis vêi eu num sei eu sei que eis vêi foi de lá... devi tê vindo de portugal também né?... só pode... é... o brasil é português né?

DOC: É...

INF: Deve tê vindo de lá... mai a vida aqui foi essa... corre/ coiêno roça em carro-de-boi em cavalo... e:... a vida foi essa.

No exemplo (2), percebe-se claramente a oscilação entre os campos do não-conhecimento (eu num sei), do possível (acho que num sabe quem é; só pode; deve tê vindo) e da certeza (eu sei que eis vêi foi de lá). No contexto geral do momento de interação, entretanto, percebe-se um enunciador que, não podendo asseverar, faz ressalvas em seu enunciado, explicitando pouco comprometimento com a verdade de suas afirmações. Outro elemento atenuador do comprometimento do falante é a expressão “que eu conheço” (que eu conheça). Ao registrar seu enunciado no campo do possível, em primeira pessoa, o falante legitima espaço para registrar sua opinião (é de lá/ é da:... (jeriado)...(jeriado)).

(3) INF: Os fazendêro... da região... a terra como disse... eli/ eis tomara conta da terra toda... os fazendêro tomô conta da terra toda... então sobre nós... pá trabaia na meia cume elis.

(4)DOC: Mas ele [o pai do informante] falava do ouro?

INF: Falava... diz que tinha uma banda aí que dava muito ouro né? Mais eu num... num fiquei sabeno da onde era não.

DOC: Ele chegou a a escutá história dos escravo?

INF: É ele ele sempre falava mais era muito pequeno eu num lembro/ memória muito...

De acordo com Neves (2002, p. 190),

a qualificação epistêmica de um estado de coisas se apresenta como independente da avaliação do falante. Ficando fora do enunciado,

este não se constrói na primeira pessoa, transferindo-se para fora do eixo enunciador–enunciatário, o que constitui poderoso recurso para sugerir distanciamento; com isso o falante, adquirindo foros de isenção, obtém dar maior autoridade a suas declarações.

Assim, um dos recursos para se atingir este distanciamento é a atribuição do enunciado a terceiros, como percebe-se nos exemplos (3) e (4). Novamente aqui, o grau de adesão do falante em relação àquilo que diz é atenuado.

O comprometimento com o conhecimento sobre o que é expresso pode se aproximar bastante do extremo da certeza, porém, a marca lingüística da modalização atenua a asseveração, tornando-a relativizada, como se pode perceber no exemplo (5) seguinte.

(5) DOC: O senhor acha que eles era descendente de escravo também?
INF: Eles podia sê descendente...
DOC: Lá de corumbá né?
INF: É podia sê pode sê... pode sê descendente de escravo... eu tem mais de noventa por cento que é... descendente... dos escravo.

Exemplos há, na fala da comunidade, que expressam a certeza do enunciador, que avalia como verdadeiro o conteúdo do enunciado que produz, apresentando-o como uma asseveração, afirmativa ou negativa, sem qualquer relativização.

(6) DOC: Eu vi ali mais pra baixo uns murinhos de pedra... se/ quem quem que fez?
[...]
INF: Não ali pra baixo num tem.
DOC: Tem não?
INF: Muro... tem não.
[...]
DOC: Que/ senhora sabe da história daquilo?
INF: Nu/ isso eu num lembo.
DOC: Não?
INF: Lembo não... isso é do tempo dos mais antigo ainda.

Percebe-se, através dos exemplos apresentados, que a modalidade epistêmica, considerada num *continuum* do qual os extremos vão da certeza à incerteza, configura-se como uma forma de posicionar o falante, sua subjetividade, em relação ao conteúdo de suas expressões lingüísticas. Tal mecanismo, muito produtivo em qualquer língua natural, possui diversas maneiras de manifestar-se na língua, a partir das intenções comunicativas dos falantes. O que chama a atenção, em relação a esse fenômeno na variedade lingüística da comunidade dos Almeidas, é a grande tendência à modalização de acordo com determinados tópicos de entrevista.

Temas relacionados com a origem e a história da comunidade parecem favorecer o uso de elementos modalizadores, como pode ser observado nos exemplos acima, que ilustram de forma abrangente a totalidade dos dados coletados, aqui não apresentados. Posicionar-se diante de temas como escravidão, servidão, exploração do ouro e a origem afro-descendente da comunidade exige dos falantes também posicionamento diante de seus traços identitários, e nesse fato encontra-se um complexo problema do qual a expressão lingüística é apenas a mediadora de significações mais profundas.

UMA INTERPRETAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA

Como mencionado anteriormente, a expressão da modalidade epistêmica, especialmente na expressão de dúvida e de não-certeza, parece estar relacionada com determinados tópicos de entrevista que estão intrinsecamente relacionados com o passado da comunidade. Algumas vias de interpretação podem, conseqüentemente, ser delineadas.

Dik (1997) ressalta que, dentre as capacidades que desempenham papel essencial na comunicação lingüística humana, a capacidade social é aquela que possibilita a um falante de uma língua natural não apenas saber o que dizer, mas também como dizer a um interlocutor em uma situação comunicativa particular para atingir objetivos comunicativos específicos.¹⁰ Uma vez que o pesquisador é um estranho na comunidade,

tal capacidade pode ser acionada pelos falantes para que sua língua não explicita aquilo que não deve ser explicitado (ou que não se quer explicitar).

O que se percebe entre os moradores da região dos Almeidas é uma espécie de acordo tácito de silenciamento quanto às origens e aos processos que constituíram/constituem a comunidade. Pouca ou nenhuma informação sobre o passado é facilmente obtida a partir de relatos dos moradores, especialmente sobre assuntos que despertam lembranças negativas. Contribuem para isso os dois fenômenos, lingüístico e social, aqui abordados. Os mesmos temas em relação aos quais se observa resistência, manifestam-se lingüisticamente de forma relativizada, incerta e, às vezes, por negativas categóricas, através de elementos modalizadores.

Acredita-se, assim, que o afastamento subjetivo em relação ao conteúdo de afirmações referentes à história do grupo seja uma forma de negar um passado marcado pela exclusão, que se perpetua na visível desigualdade social cujos efeitos a comunidade em questão sofre violentamente.

De acordo com Araújo (2004), o auto-reconhecimento de indivíduos como pertencentes a grupos descendentes de quilombos é dificultada por mecanismos psicológicos desenvolvidos no interior das próprias comunidades remanescentes de quilombo. A negação da africanidade vai ao encontro do processo de inclusão social dentro de um enquadramento mais geral que é o da sociedade brasileira.

Acredita-se, assim, que a ocorrência de expressões modalizadas referentes a tópicos relacionados ao passado da comunidade seja motivada por esse processo de silenciamento, que se percebe na comunidade dos Almeidas. As informações sobre a existência de um quilombo na região só puderam ser conhecidas através de pesquisas documentais que indicam a presença de negros escravizados na região. Essas informações não fazem parte da memória, pelo menos explícita e voluntária, da comunidade.

CONCLUSÃO

Coerentemente com uma concepção de língua como veículo de interação motivado pela multiplicidade funcional emergida no uso, buscou-se interpretar o fenômeno da modalidade epistêmica na fala de uma comunidade rural afro-descendente como o reflexo de processos sócio-históricos que marcaram de modo significativo a formação da comunidade dos Almeidas.

Reconhece-se que o silenciamento em relação ao passado de opressão é explicitado no uso da variedade lingüística da comunidade de fala, através da modalização, como uma forma de evitar a perpetuação da exclusão social que gera as dificuldades pelas quais passa a comunidade, mesmo que para isso seja negada toda herança sócio-cultural e, conseqüentemente, a identidade desses seres humanos.

A SOCIOHISTORIC INTERPRETATION FOR THE EXPRESSION OF EPISTEMIC MODALITY IN THE SPEECH OF AN AFRO-DESCENDENT COMMUNITY OF GOIAS

ABSTRACT

This work analyzes from a functional paradigm the way in which social and historic processes actuate the linguistic configuration of a speech community. The phenomenon to be analyzed refers to the epistemic modality expression that is believed strongly influenced by factors which acted on the formation of the speech community, and are still current in the linguistic expressions watched in real use contexts. Taking into account the multiple functions of language, this work demonstrates how the manifestation of this phenomenon in a rural afro-descendent speech community reflects the tacit agreement of silence concerning the past marked by slavery and social exclusion.

KEY WORDS: Functionalism, epistemic modality, speech community, sociohistoric approach.

NOTAS

1. Entende-se, aqui, o conceito de comunidade de fala como proposto pela sociolingüística laboviana, a saber, uma comunidade que compartilha normas

e atitudes sociais perante uma língua, ou variedade lingüística (LABOV, 1989, p. 2; 1972, p. 120-121; p. 248).

2. O processo de titulação das terras ainda encontra-se em trâmite nos órgãos responsáveis.
3. Reconhece-se a existência de diversas teorias lingüísticas orientadas pelo paradigma funcional, várias delas com especificidades características. Optou-se, entretanto, neste estudo, por utilizar os principais, e mais gerais, princípios do paradigma funcionalista, sem recorrer-se a uma teoria, ou modelo, em especial.
4. “In the functional paradigm [...] a language is in the first place conceptualized as an instrument of social interaction among human beings, used with the intention of establishing communicative relationships” (DIK, 1997, p. 3).
5. “Modality could, that is to say, be defined as the grammaticalization of speakers’ (subjective) attitudes and opinions” (PALMER, 1991, p. 16)
6. Reconhece-se a grande ligação entre a categoria modalidade e a lógica e seus modelos, que não fazem parte, entretanto, deste trabalho. Assume-se, assim, a explicação de Neves (2002, p. 171): “O estudo da expressão lingüística das modalidades pressupõe alguma consideração dos modelos que os lógicos idealizaram, mas se desvincula deles exatamente pelo caráter não-lógico, ou não-ordenado, das línguas naturais.”
7. Estudos mais aprofundados sobre a expressão das modalidades têm destacado a diversidade conceitual e a complexidade desse fenômeno, como, por exemplo Bybee & Fleischman (1995) e DALL’ÁGLIO-Hattner et al. (2001), porém, para os propósitos aqui delineados, a divisão básica supra-citada parece ser suficiente.
8. “It was suggested that the term ‘epistemic’ should apply not simply to modal systems that basically involve the notions of possibility and necessity, but to any modal system that indicates the degree of commitment by speaker to what he says” (PALMER, 1991, p. 51).
9. São aqui utilizados exemplos extraídos de dados de fala, coletados a partir de gravações em áudio, de quatro informantes da comunidade: dois homens e duas mulheres, com idade acima de 40 anos. As entrevistas foram realizadas de forma semi-estruturada, abordando tópicos que explicitassem o conhecimento dos falantes sobre a formação e a história da comunidade, bem como a forma atual de vida no local.

10. “Natural language user not only knows what to say, but also how to say it to a particular communicative partner in a particular communicative situation, in order to achieve particular communicative goals (DIK, 1997, p. 2).

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Alexandre Martins de. Amostras preliminares da pesquisa Educação e Reforma Agrária no Cerrado. Cecab/Sectec/CNPq. *Anais do III Simpósio Internacional do Centro de Estudos do Caribe*, Goiânia, 2004. (No prelo).
- AUROUX, S. *A filosofia da linguagem*. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.
- BYBEE, J.; FLEISCHMAN, S. (Eds.). *Modality in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.
- CAMACHO, R. G. O papel do contexto social na teoria lingüística. *Alfa*, v. 38, 1994. p. 19-36.
- DALL'ÁGLIO-HATTNER, M. M. et al. Uma investigação funcionalista da modalidade epistêmica. In: NEVES, M. H. M. (Org.). *Descrição do Português: definindo rumos de pesquisa*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2001. p. 103-144.
- DIK, S.C. *The theory of functional grammar*. Part 1: The Structure of the Clause. (Ed. K. Hengeveld). Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997.
- HALLIDAY, M. As bases funcionais da linguagem. In: DASCAL, M. (Org.). *Fundamentos metodológicos da lingüística*, v. 1. São Paulo: Global Universitária, 1973. p. 125-161.
- LABOV, William. *Sociolinguistics patterns*. 3. ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- LEITE, A. M. P. C. *A modalização deôntica no discurso jurídico*. 2002. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – São José do Rio Preto, 2002.
- MARTIN, Robert. *Para entender a lingüística: epistemologia elementar de uma disciplina*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- NEVES, M. H. M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- _____. A modalidade. In: KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do português falado: desenvolvimentos*. V. VI, 2. ed. rev. Campinas: Ed. Unicamp, 2002. p. 171-208.
- PALMER, F. R. *Mood and modality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.